

**TEORIA NA PRÁTICA**

Autor: Neila Gonçalves Silva
(e-mail) neila-silva@yahoo.com.br

Núcleo de trabalho: 18ª CRE

1 CONTEXTO DO RELATO

Não vamos analisar, aqui, os vários contextos em que o docente atua, nem da dificuldade, que esta realidade traz para a prática pedagógica. Vamos nos deter, apenas no provimento das escolas e distribuição da carga horária e a compatibilização com as matrizes curriculares das diferentes escolas.

Uma das dificuldades da Coordenadoria Regional de Educação, neste início de gestão, tem sido o provimento das escolas. Alguns dos motivos que influenciam este quadro são:

- ✓ O acúmulo das licenças prêmio;
- ✓ Concentração das aposentadorias;
- ✓ Rotatividade dos Contratos Temporários.

2 DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES

No decorrer dos últimos anos, o RS não liberou um direito, assegurado no Plano de Carreira do Magistério Público Estadual – as Licenças Prêmio. O motivo mais relevante para a negativa das LPs foi a carência de pessoal para atendimento das necessidades do ensino.

Atualmente o RS enfrenta ações judiciais, movidas por servidores aposentados, cobrando em pecúnia o direito sonogado no percurso de sua vida profissional. Por este motivo o Governo do Estado sob o comando de Tarso Genro, orientou as CREs para concederem as LPs aos servidores, que estejam próximos da aposentadoria. Em 2011 ocorreram 78 aposentadorias de professores precedidas de licença prêmio. Em 2012 já encaminhamos 113 licenças prêmio com o mesmo objetivo.

Considerando que o último concurso foi realizado em 2003 e não foi aproveitado, ou seja, o concurso expirou sem que os classificados fossem chamados a assumir os cargos de professor, o RS passou a prover as escolas através de contratos temporários. O que perdura até 2012, enquanto se processa o recente concurso realizado, que tem mais de 5 mil classificados.

Sem a devida renovação do quadro de professores, chegamos a um momento



Cirandas: redes de investigação desde a escola

crítico, pois os ingressos pelos concursos de 1982 a 1989 estão completando o tempo de serviço e deixando as escolas. Para sustentar o provimento destas escolas o RS tem, atualmente, 21.507 professores temporários contratados.

A falta dos concursos não foi um fenômeno apenas na rede estadual. Também os municípios não mantiveram regularidade na renovação dos quadros docentes, principalmente na oferta de vagas para os professores formados em nível médio. O texto da LDB em suas disposições transitórias, Artigo 87, § 4º, diz:

“Até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço”.

Esta sinalização desestimulou as matrículas no Curso Normal (Magistério) e por consequência fragilizou os cursos de licenciaturas.

A tentativa de vincular a formação de nível médio aos institutos superiores, mantendo-se assim o curso normal e a possibilidade de atuação destes professores nos anos iniciais e pré-escolas, não resultou bem sucedida.

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Vários cursos se extinguíram por falta de interessados, outros ainda resistem, mas com matrículas reduzidas, porém a retomada e legitimação do Curso Normal, após 16 anos de LDB ainda não tem consenso.

No RS, a SEDUC está reorganizando o Curso Normal, ao mesmo tempo em que se reestrutura o Ensino Médio. No recente concurso público para professores, ofereceu vagas para formados em nível médio. Estes atuarão na Educação Infantil e nos anos iniciais do



Ensino Fundamental, dentro do Plano de Carreira do Magistério.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DO RELATO

Os concursos esparsos no contexto estadual deram lugar aos contratos temporários como forma de provimento das escolas gaúchas. O caráter transitório e precarizado desta forma de provimento aliado aos baixos salários, oferecidos aos docentes, não estimulou a procura dos cursos de licenciatura pelos jovens universitários. Assim, com a redução de alunos nos cursos de formação de docentes, orientadores e supervisores escolares, também houve queda na busca pelos contratos temporários. Faltam docentes na área de Línguas Estrangeiras, Física, Química e Orientadores Escolares.

Outro limitador para prover as necessidades das escolas reside na vinculação dos docentes em duas ou três redes de ensino, perfazendo 40 ou 60 horas de trabalho semanal. Tal jornada em diferentes escolas dificulta a gestão das horas/aula e a participação do docente nas atividades escolares.

O regime de trabalho definido o cargo de professor é de 20 horas semanais. Tanto na rede pública municipal quanto na estadual. A nova Lei Federal 11.738/2008 reconhece com parte da jornada de trabalho dos professores as horas dedicadas ao planejamento, formação e avaliação dos estudantes e regulamenta 1/3 da carga horária para atividades relacionadas a docência e 2/3 para interação com os estudantes. A observação desta nova regra, a contar de 2012, aumentou a necessidade de docentes nas escolas da rede estadual, intensificando a falta de professores (ainda que pulverizada e intermitente).

A montagem dos quadros de pessoal das escolas precisa perseguir a vinculação exclusiva do docente a cada unidade de ensino, ou seja, é desejável que o docente desenvolva suas atividades em uma única escola, aproveitando melhor seu potencial e dedicando sua atenção ao mesmo contexto escolar. A montagem destes quadros precisa levar em conta as matrizes curriculares utilizadas pela escola e o número de turmas que a escola atende. Com as antigas matrizes curriculares, onde há componentes com 4, 5 ou 6 horas/aula e outros com 2 e 3 horas fica muito difícil organizar uma distribuição equânime da carga horária dos docentes, pois haverá sobra para uns e acúmulo para outros, principalmente no ensino fundamental.

A inclusão do SEMINÁRIO INTEGRADO na matriz curricular o Ensino Médio Politécnico, cuja carga horária é progressiva ao longo do curso alcança uma nova perspectiva ao trabalho escolar – a interdisciplinaridade. Em algumas escolas, guardando-se características e perfil dos docentes, trouxe solução para as sobras de carga horária.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o ano de 2012, a distribuição da carga horária sob o novo cálculo causou algumas dificuldades, pois as bases curriculares não fecharam com o novo cálculo. Diversos profissionais ficaram com sobra de horas/aula, mas que insuficientes para atender mais uma turma resultou em falta de professores em diversas escolas.

A precariedade dos contratos temporários fez com que os professores mais qualificados buscassem colocações melhor remuneradas, no magistério ou em outros campos do setor público, no polo naval, em áreas técnicas, originando constante a falta de professores nas escolas, durante todo o ano, pois além das licenças de saúde (um outro capítulo), das licenças maternidade e das aposentadorias, a Rede não tem mais assegurada a permanência dos “temporários”.

A retomada do Curso Normal poderá, no médio prazo, influenciar as matrículas nos cursos de licenciaturas, reduzidas na última década. Porém esta medida precisa ser contemplada com a regularidade dos “concursos públicos” seja no âmbito dos municípios ou do estado para formar banco de reserva, qualificado e perene. Caso contrário a sociedade ficará lendo as mesmas manchetes de jornal: FALTAM PROFESSORES.

Contando com banco de reserva a Coordenadoria poderá estimular as escolas a montarem quadros permanentes de pessoal o que beneficia a Proposta Pedagógica da Escola, dando-lhe identidade e continuidade.

Neste sentido, as escolas e coordenadoria de educação deverão fazer um esforço conjunto para reorganizar a matrizes curriculares e a oferta de vagas, compatibilizando as necessidades de provimento às cargas horárias dos docentes.

O aprofundamento da concepção do ensino politécnico e a ampliação da carga horária dos Seminários Integrados, em 2013, aliadas a perspectiva interdisciplinar virão trará alternativas para a organização da carga horária e favorecer a permanência do docente na mesma escola.

5 REFERÊNCIAS

- [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf)
portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf · Arquivo PDF
- [Plano Nacional de Educação. O CONGRESSO NACIONAL decreta](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf)
portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf · Arquivo PDF